

A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DA DESCENTRALIZAÇÃO SEGUNDO TOCQUEVILLE

Juliana Martins Barbacena (Acadêmica); Profa. Dra. Helena Esser dos Reis (Orientadora)
Núcleo de Pesquisa em Filosofia. Universidade Católica de Goiás.

A participação de todos os segmentos da sociedade junto ao Parlamento para a discussão de políticas sociais possibilita a integração dos interesses mais dispersos e menos organizados dessa sociedade, posto que, o Estado, ao definir e ordenar prioridades garantem-lhes a coerência e consistência e propicia a interação entre a ordem política e a ordem social a partir de ações e procedimentos democráticos. Argumentamos que, a atribuição dos direitos de participação e liberdades básicas, além da satisfação de necessidades essenciais, possibilita aos cidadãos participarem com livre arbítrio das decisões coletivas. Pois, é através da implementação de políticas públicas, pelos entes políticos descentralizados, que visam à consecução dos direitos previstos no capítulo constitucional da ordem social, que as ações estratégicas de políticas sociais serão efetivamente uma vantagem traduzida numa administração eficiente e comprometida com as demandas sociais de liberdade, bem-estar, desenvolvimento e justiça distributiva - sendo todos esses valores fins do Estado e instrumentos para a consolidação da cidadania e a construção da igualdade. Assim, tendo por base teórica a análise do pensamento político de Aléxis de Tocqueville, defendemos, ao longo desta monografia, que a participação popular é condição indispensável para a elaboração e controle das políticas públicas, sendo um instrumento para a consolidação e o desenvolvimento da democracia, tal como prevê a Constituição da República brasileira. A parceria entre o Poder Legislativo e a Sociedade Civil na deliberação de políticas sociais constitui compromisso de uma sociedade democrática voltada para o desenvolvimento da vida social. Nesse contexto, propomos alguns meios para viabilizar a participação popular na vida política que propiciará aos cidadãos goianos o acesso às informações da gestão política e esclarecimentos a respeito do funcionamento das instituições políticas de modo que haja uma aproximação e identidade entre governantes e governados. Isso deve estimular a ação e participação política de todos na definição e implementação de políticas públicas, pois, tal princípio participativo, é direito essencial para o pleno exercício da cidadania e, com o atendimento das demandas sociais, é passível de diminuir, concretamente, o abismo existente entre o sistema normativo e a realidade social e entre instituições políticas e a sociedade civil, a partir da descentralização político-administrativa, já que essa se constitui como um elemento favorável ao processo democrático.

Palavras-chave: Democracia, Cidadania, Políticas Públicas, Poder Legislativo, Ação Popular

Apoio: BIC/UCG.